No computador, o controle de propinas

BRASÍLIA — O computador apreendido pela Receita Federal na empresa Verax, de Paulo César Farias, é a principal prova, segundo a Polícia Federal, de que o esquema PC tinha total controle do Orçamento da União.

No computador apreendido, foi encontrada uma lista com centenas de obras e os cronogramas de desembolso de pagamento, pelo Governo federal, mês a mês.

É com base nos desembolsos que PC Farias cobrava sua comissão. Essa comissão era calculada em operações complexas, com uso de deflatores e percentuais variáveis para as obras: 13% para obras de saneamento, 6% para obras habitacionais, 12% para recursos alocados pelos Ministérios da Saúde e da Educação.

Todo o arquivo era dolarizado em dez dias, e após o nome de cada empresa havia informações detalhadas sobre saldo devedor ou crédito.

PC Farias tem contestado o uso dos arquivos de seu computador como prova, com base em voto proferido pelo ministro Mário Velloso, do Supremo Tribunal Federal. O ministro opinou que a prova foi apreendida irregularmente, mas não houve deliberação do Supremo sobre o assunto. Na verdade, o computador foi apreendido em fiscalização da Receita Federal na Verax, por ser um produto importado sem nota fiscal. Foi lacrado e levado para a PF, onde uma perícia conseguiu decifrar os arquivos, apagados propositadamente.